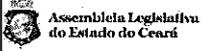
	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

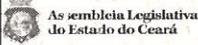
Às quinze horas e dez minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e dois, nos **Auditórios 2 e 4 – Deputado Almir Pinto e Deputado Abelardo Costa Lima e Sistema de Deliberação Remota – SDR**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (**CCJR**), com a presença dos seguintes deputados: Romeu Aldigueri (**presidiu a reunião**), Salmito, Juliocésar Filho, Elmano Freitas, Augusta Brito, Jeová Mota, Walter Cavalcante e Queiroz Filho. Constatando número regimental, o presidente declarou abertos os trabalhos: **I – Leitura, discussão e leitura da Ata da reunião anterior:** consideradas como lidas e colocadas em discussão e votação pelo presidente, foram aprovadas as atas da 37ª à 40ª Reuniões Extraordinárias; **II – Expediente:** nada constou; **III – Ordem do Dia:** foram colocadas em discussão e votação as seguintes proposições e os respectivos pareceres: **1. Projeto de Lei n.º 45/2021, de autoria do Deputado David Durand** – “Estabelece prioridade no atendimento às crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violência ou abusos sexuais, no atendimento em delegacias de polícias e para realização de exame de corpo de delito, no Estado do Ceará.” (**CCJR, CDHC, CTASP**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Augusta Brito, emitiu parecer favorável com modificação. Colocado em discussão e votação, o parecer da relatora foi aprovado; **2. Projeto de Lei n.º 72/2021, de autoria do Deputado David Durand** – “Regulamenta o trânsito livre para prestação de assistência religiosa no território do Estado do Ceará durante o período de combate a pandemia da Covid-19.” (**CCJR, CDHC, CVTDU CTASP**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **3. Projeto de Lei n.º 550/2021, de autoria do Deputado Sérgio Aguiar** – “Denomina de Artidônio Dias Dantas o prédio da delegacia de polícia civil localizada no Município de Camocim-CE.” (**CCJR**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Bruno Pedrosa, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **4. Projeto de Lei n.º 618/2021, de autoria do Deputado David Durand** – “Institui o programa de proteção especial dos primeiros mil dias de vida das crianças nascidas em unidades da rede pública de saúde na esfera do Estado do Ceará.” (**CCJR, CSSS, CTASP, COFT**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Fernanda Pessoa, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer da relatora foi aprovado. Rejeitada a matéria; **5. Projeto de Lei n.º 24/2022, de autoria do Deputado Sérgio Aguiar** – “Denomina de Teresinha de Jesus Sousa Lima o Centro de Educação Infantil – CEI, localizado no Distrito Paracará, no Município de Uruoca – CE.” (**CCJR**). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Bruno Pedrosa, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão

 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

e votação, o parecer do relator foi aprovado; **6. Projeto de Lei n.º 52/2022, de autoria do Deputado David Durand** – “Dispõe sobre a disponibilização de intérprete de Língua Brasileira de Sinais em instituições públicas e privadas de saúde destinadas ao atendimento de gestantes e parturientes surdas ou com deficiência auditiva.” (CCJR, CDHC, CICTS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. Rejeitada a matéria; **7. Projeto de Lei n.º 53/2022, de autoria do Deputado Audic Mota** – “Denomina Francisca Alves da Costa (Diva) o Centro de Educação Infantil – CEI construído pelo Governo do Estado do Ceará na localidade de Rosário, no Município de Milagres.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **8. Projeto de Lei n.º 92/2022, de autoria do Deputado Nizo Costa** – “Institui o dia estadual de combate ao assédio moral e sexual contra mulheres no ambiente de trabalho, no âmbito do Estado do Ceará.” (CCJR, CDHC, CTASP). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável com supressão do art. 3º. O relator, Deputado Leonardo Araújo, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **9. Projeto de Lei n.º 102/2022, de autoria do Deputado Nelinho** – “Institui o relatório temático orçamento da mulher cearense como instrumento de controle social e de fiscalização do orçamento público do Estado do Ceará, e dá outras providências.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer contrário. Retirado de pauta a pedido do autor da matéria; **10. Projeto de Lei n.º 139/2022, de autoria do Deputado Romeu Aldigueri** – “Institui a Semana Estadual de incentivo ao uso da energia eólica no âmbito da rede de ensino do Estado do Ceará.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **11. Projeto de Indicação n.º 63/2022, de autoria do Deputado Leonardo Pinheiro** – “Dispõe acerca da instalação do curso de medicina na UECE – Universidade Estadual do Ceará no Vale do Jaguaribe/CE.” (CCJR, CCTES, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **12. Projeto de Indicação n.º 76/2022, de autoria do Deputado Guilherme Landim** – “Estabelece diretrizes para a ampliação da cobertura dos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais – CRIES no Estado do Ceará.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **13. Projeto de Indicação n.º 92/2022 de autoria do Deputado Ap. Luiz Henrique** – “Dispõe sobre a criação do programa estadual ecológico para a adoção e instalação de sistema de barreiras ecológicas na rede hidrográfica para

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

contenção de resíduos sólidos em riachos, córregos, canais e rios que cortam as cidades e dá outras providências.” (CCJR, CMADS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Leonardo Araújo, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **14. Projeto de Indicação n.º 102/2022, de autoria do Deputado Romeu Aldigueri** – “Dispõe sobre a criação do Programa Civilidade Digital, voltado para professores da rede estadual de ensino do Estado do Ceará.” (CCJR, CE, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Osmar Baquit, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado. **Na sequência, o presidente, Deputado Romeu Aldigueri, solicitou inclusão de pauta. Após a aprovação pelos deputados presentes, passou a apreciação, discussão e votação das seguintes proposições e os respectivos pareceres: 15. Mensagem n.º 75/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.923, de autoria do Poder Executivo** – “Altera a Lei n.º 17.732, de 29 de outubro de 2021, que dispõe sobre a Comissão Central e as Comissões Coordenadoras dos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo no Estado do Ceará.” (CCJR, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **16. Mensagem n.º 78/2022, oriunda da Mensagem n.º 8.926 de autoria do Poder Executivo** – “Autoriza o Estado do Ceará a ceder ao Município de Boa Viagem o imóvel que indica, e dá outras providências.” (CCJR). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **17. Mensagem n.º 79/2022, oriunda da Mensagem n.º 01, de autoria Tribunal de Contas do Estado – TCE** – “Institui o Programa de Assistência à Saúde no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.” (CCJR, CSSS, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **18. Projeto de Lei n.º 672/2021, de autoria do Deputado Delegado Cavalcante** – “Altera o artigo 1º da Lei n.º 15.666, de 31 de julho de 2014, do Estado do Ceará.” (CCJR, CICTS, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável com modificação do art. 1º. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **19. Projeto de Lei n.º 41/2022, de autoria do Deputado Delegado Cavalcante** – “Altera dispositivo da Lei n.º 16.043, de 28 de junho de 2016, para incluir informação nos cartazes das concessionárias de veículos automotores do Ceará acerca dos atuais beneficiários legais de isenção tributária.” (CCJR, CICTS, CDHC, CTASP, COFT). Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável com ressalva. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer favorável com modificação dos incisos II e III e do parágrafo único do art. 1º. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **20. Projeto de Lei n.º 45/2022, de autoria do Deputado Delegado Cavalcante** – “Reconhece no Estado do Ceará, a

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-006-01
	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	ATA DE REUNIÃO	DATA REVISÃO:	24/01/2020

atividade dos colecionadores, atiradores e caçadores como atividade de risco, configurando efetiva necessidade e exposição a situação de risco à vida e incolumidade física, conforme os termos do artigo 10 da Lei Federal n.º 10.826 de 2003.” **(CCJR, CCE, CDS, CTASP)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. O relator, Deputado Juliocésar Filho, também emitiu parecer contrário. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado, rejeitada a matéria; **21. Projeto de Indicação n.º 431/2021, de autoria do Deputado Delegado Cavalcante** – “Concede desconto no ICMS sobre a energia elétrica aos consumidores enquadrados como de baixa renda, na forma que segue.” **(CCJR, CDHC, CTASP, COFT)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer favorável. O relator, Deputado Juliocésar Filho, emitiu parecer favorável com modificação do art. 5º. Colocado em discussão e votação, o parecer do relator foi aprovado; **22. Projeto de Indicação n.º 448/2021, de autoria do Deputado Leonardo Araújo** – “Determina que clínicas veterinárias devem permitir, ao realizar procedimentos em animais, que seus donos possam acompanhar os animais durante o processo de recuperação do animal.” **(CCJR, CMADS, CICTS, COFT)**. Não houve regime de urgência. Não houve pedido de vista. Procuradoria emitiu parecer contrário. A relatora, Deputada Fernanda Pessoa, emitiu parecer favorável. Colocado em discussão e votação, o parecer da relatora foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Francypaula Carolino Barbosa França _____, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente, deputado Romeu Aldigueri _____, e pelos demais deputados presentes.

Deputada Augusta Brito _____

Deputado Salmito _____

Deputado Juliocésar Filho _____

Deputado Elmano Freitas _____